



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 051 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 051

46ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	2
Expediente:	
Indicações	3
Projetos de Lei	4

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati.....	6
Dep. Plauto Miró	8

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	9
Discussão/Votação	
2ª Discussão	10

Encerramento da Sessão 10

Publicações:

Ata de Comissão	
Tomada de Contas.....	10

DIÁRIO Nº 051

46ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Péri-

cles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Tadeu Veneri (17).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori, Nereu Moura, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações****INDICAÇÃO Nº 125/07****SÚMULA:**

Propõe realização da pavimentação asfáltica das estradas que liga o município de Araruna a Farol e Araruna ao município de Terra Boa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização da pavimentação asfáltica das estradas que ligam o município de Araruna a Farol e Araruna ao município de Terra Boa.

2 - A solicitação justifica-se pelo fato de que Araruna tem uma participação considerável em tudo que se produz e industrializa na região, no que diz respeito a soja, milho e mandioca. E conta também com a maior indústria de pias e armários para cozinha da América Latina.

Além disso, diminuirá a distância entre Araruna e a cidade de Maringá, assim evitando uma praça de pedágio, beneficiando também vários municípios da região, vindo de encontro às propostas de governo que é a criação de estradas alternativas para escapar dos pedágios. E a pavimentação asfáltica de Araruna a cidade de Farol vem beneficiar o bairro de São Geraldo e o distrito de São Vicente, beneficiando mais de 4 mil moradores daquela região que fica a mais de 30 quilômetros da sede do município.

Portanto se percebe a importância estratégica de se pavimentar a estrada que liga estes 3 municípios, pois terá um enorme reflexo no escoamento das safras agrícolas e produtos industrializados.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 126/07**SÚMULA:**

Propõe a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Luís Sebastião Baldo, em Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Luís Sebastião Baldo, no município de Colombo.

2 - Justificativa:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que o Colégio Genésio Moreschi, no bairro Guaraituba, já está

com sua demanda além da capacidade, algumas turmas com mais de 50 alunos. A ampliação do Colégio Estadual Luís Sebastião Baldo, que atende aos bairros São José, Paloma e parte do bairro Guaraituba virá a atender os alunos da região com mais qualidade no ensino e o mesmo tem espaço para ampliação.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 127/07**SÚMULA:**

Propõe a ampliação de salas de aula na Escola Estadual Guaraituba, no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a ampliação de salas de aula para o Escola Estadual Guaraituba, no município de Colombo.

2 - Justificativa:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que o Colégio Genésio Moreschi, no bairro Guaraituba, já está com sua demanda além da capacidade, algumas turmas com mais de 50 alunos. A ampliação da Escola Estadual do Guaraituba virá a atender os alunos da região com mais qualidade no ensino.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 128/07**SÚMULA:**

Propõe a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Heráclito Sobral Pinto, no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Heráclito Sobral Pinto, no bairro Eucaliptos II no município de Colombo.

2 - Justificativa:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que os alunos atendidos pelo Colégio Estadual Lacerda Braga, no Alto Maracanã, e Colégio Estadual Raulino C. Curta, no Jardim Eucaliptos, não estão mais comportando a demanda das duas comunidades e ambos os colégios não têm mais espaço para ampliações. Já o Colégio Heráclito tem possibilidades de ampliações e sua localização atende as duas comunidades e parte do bairro Guaraituba, que também precisa de auxílio na demanda escolar.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 364/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Alto Piquiri o imóvel constituído pelos lotes de terras Chácara nº 1-A-2, destacada da Chácara 1-A, da subdivisão das chácaras nºs 129, 130 e 131, situada no município de Alto Piquiri, contendo 2 (dois) prédios construídos de madeira, cobertos com telhas, com 126,40 e 252,65 m2, respectivamente, pertencentes ao estado do Paraná, conforme matrícula nº 7.203, Livro 3-F, do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela prefeitura municipal de Alto Piquiri, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a administração pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, o qual ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.07.
(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo doar o terreno registrado sob a Matrícula nº 7.203, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, com área total de 3 mil m2, localizado no município de Alto Piquiri.

A solicitação fundamenta-se no fato de que no referido terreno, já encontra-se construída e em funcionamento a Escola Municipal de Luiz Sibrino de Moura, motivo pelo qual a prefeitura municipal de Alto Piquiri gostaria de regularizar a situação do terreno em questão.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei, renovo protestos de elevada estima e consideração.

PROJETO DE LEI Nº 365/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, o Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, da cidade de Umuarama, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.07.
(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na R. 13 de Maio, 6603, em

Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

O Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, de Umuarama, tem por finalidade principal a assistência social e educacional, objetivando o desenvolvimento e bem-estar de crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 à 6 anos, promovendo o atendimento às necessidades básicas de saúde, nutrição, educação e afeto, procurando o desenvolvimento integral à população atendida.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação à esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 366/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação do Assentamento Nova Aliança - ASANA, distrito de São Luis, município de Mariluz, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.07.
(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na zona rural do distrito de São Luis, em Mariluz, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A ASANA, tem como objetivo principal o melhoramento das condições de vida dos assentados, promovendo cursos práticos, parcerias com cooperativas e órgãos públicos, entre outros.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 367/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Reforma Agrária do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, distrito de São Luis, município de Mariluz, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na zona rural do distrito de São Luiz, em Mariluz, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Reforma Agrária do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, tem por objetivo principal o melhoramento das condições de vida dos assentados, promovendo cursos práticos, parcerias com cooperativas e órgãos públicos, entre outros.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação à esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 368/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia do Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

Art. 2º O Dia do Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, será realizado e festejado no dia 26 de julho de todos os anos vindouros.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Por um longo período, a comunicação dos surdos/deficientes auditivos era vista apenas como mímica e somente o alfabeto manual caracterizava a língua de sinais. Tais afirmações eram manifestações da ignorância e do preconceito que permeava a concepção social sobre a surdez. Graças à ampliação das pesquisas, ao esforço de profissionais que atuavam na área da surdez e aos estudos sobre bilingüismo é que as concepções sociais e surdez se modificaram e os direitos do indivíduo surdo passaram a ser considerados com maior atenção. Estas mudanças se refletiram, também, no reconhecimento efetivo de seu direito à educação e no dever da sociedade em prover o aluno surdo de todos os recursos para que sua aprendizagem pudesse, de fato, ocorrer. As iniciativas nesse sentido foram tomadas tanto no contexto das políticas públicas quanto por ações institucionais e, principalmente, a partir da última década, passou a ser elaborado

um conjunto de intervenções legislativas voltadas à regularização da formação de intérpretes de LIBRAS/língua portuguesa para atuarem como mediadores entre surdos e ouvintes nas mais diversas situações.

Vale dizer que a significativa transformação na educação de surdos com a oficialização da língua de sinais oportunizou ao surdo igualdade de condições para se integrar tanto com seus pares surdos quando a comunidade em geral. Isso fez com que, ao ter maior consciência sobre seus direitos, passasse ele, também, a solicitar a atuação do intérprete de língua de sinais no ambiente educacional.

Porém, para que se possa compreender a importância da atuação desse profissional no processo de ensino/aprendizagem do surdo deve-se, inicialmente, conhecer o intérprete e a forma pela qual ele exerce sua função.

O intérprete de língua de sinais é a pessoa que, sendo fluente em língua de sinais com competências e habilidades tradutoras, possuindo capacidade de traduzir/verter em tempo real (interpretação simultânea) ou com pequeno lapso de tempo (interpretação consecutiva) uma língua sinalizada para uma língua oral (falada) ou vice-versa. Tome-se como exemplo a situação em que um palestrante fala em português oral e o intérprete traduz em LIBRAS para a platéia de surdos; quando um dos surdos faz perguntas ao palestrante, o intérprete traduz da LIBRAS para o português oral. O intérprete atua, assim, em diversas situações em que exista uma interação entre surdos - que se utilizam da língua de sinais - e pessoas, que não sinalizam.

Nos últimos anos, a carreira profissional de intérprete de língua de sinais vem se fortalecendo através de cursos de formação de capacitação. Esse profissional vem se articulando para conquistar seu espaço e o reconhecimento social. Por atuar em uma área bastante diversificada, faz-se necessário que esse procure se manter constantemente atualizado, tendo em vista que ainda não existem áreas específicas de atuação, ou seja, o intérprete ainda não pode optar por atuar ou não em determinadas áreas. Isso ocorre porque até o momento existe ainda um número restrito de profissionais para um amplo mercado de trabalho, e ainda pelo fato de que as próprias instituições solicitam sua atuação, independente do grau de conhecimento que o intérprete venha a ter sobre determinada área.

Segundo a presente entidade, o intérprete só se constitui, de fato como profissional, a partir do momento em que a comunidade surda se constitui, também, em um grupo com identidade sócio-cultural e política.

Nessa perspectiva, para que se possa pensar em formação do intérprete, é necessário que se esteja atento ao nível de participação da comunidade surda na sociedade, uma vez que é justamente a partir desse nível de participação, com o maior ou menor envolvimento do surdo na formação dos intérpretes, é que a implementação da profissão terá sucesso.

Neste contexto, pretende-se através deste projeto de lei, dar a importância da atuação desses profissionais no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvi-

mento profissional dos deficientes auditivos/surdez favorecendo a família paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 369/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Federação Nacional de Educação de Integração dos Surdos - FENEIS, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, com sede e foro no município de Curitiba/PR, CNPJ nº 29.262.052/0011-90, fundada em 16 de maio de 1987, é uma instituição filantrópica de caráter educacional, assistencial, sócio-cultural, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Curitiba, neste estado.

A referida entidade tem como finalidade promover e assessorar a educação e a cultura das pessoas portadoras de surdez/deficiência auditiva; incentivar o uso dos meios de comunicação social apropriados à pessoa surda, especialmente de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais; apoiar e colaborar com as filiadas, as Associações de Surdos, de Pais e Amigos de Surdos, escolas e clínicas especializadas, objetivando uma ação conjunta, no sentido de melhorar os recursos educativos e de integração das pessoas portadoras de surdez; incentivar a criação e o desenvolvimento de novas instituições, nos moldes das modernas técnicas de atendimento, visando o diagnóstico à prevenção, a estimulação precoce, a educação, a profissionalização e a integração da pessoa portadora de surdez/deficiência auditiva; apresentar sugestões aos órgãos oficiais e poderes públicos, visando o aperfeiçoamento do atendimento da pessoa portadora de surdez/deficiência auditiva, servindo, inclusive, como órgão de assessoramento; estimular a realização de pesquisas, estudos e estatísticas referentes à deficiência auditiva, favorecendo a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos especializados; promover a profissionalização e inserção da pessoa portadora de surdez no mercado de trabalho, firmando convênios e/ou contratos com pessoas jurídicas privadas e públicas; incentivar e/ou criar escolas e cursos voltados aos surdos através de parcerias, convênios ou outros meios, com órgãos governamentais ou não governamentais.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área educacional, assistencial e sócio-cultural. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos

nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se de imediato ao Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Nelson Justus; Deputada colega Cida Borghetti; Deputado Edgar Bueno; senhores microfones; senhoras cadeiras vazias!

Que maravilha o plenário da Assembléia! O pessoal cansou demais no final de semana. Só o Deputado Luizão e o Dr. Batista estão presentes. Então, boa-tarde senhoras cadeiras vazias!

Sr. Presidente, várias entidades compõem o Conselho Comunitário de Segurança de Londrina. Essas entidades se reuniram e lançaram a Carta de Segurança de Londrina. O documento diz o seguinte:

(Lê):

“Os representantes das entidades que compõem o Conselho Comunitário de Segurança de Londrina, após o simpósio Segurança em Londrina: ‘A Guarda Municipal é parte da Solução?’, realizado no dia 30 de março de 2007 - apresentam propostas e sugestões para a melhoria dos índices de segurança e sugestões para uma agenda de política municipal para a segurança da população de Londrina e de sua região.

É desnecessário discorrer novamente sobre a situação da segurança de Londrina. Esse cenário foi amplamente explicitado no simpósio. Agora é o momento de apresentar as propostas visando auxiliar a administração pública, municipal e estadual, a mudar este quadro de extrema insegurança.

As propostas resultam da avaliação procedida das atuações das Guardas Municipais ouvidas no simpósio, mas também levam em consideração que atuam em mais de 140 municípios brasileiros. Baseiam-se nos dados levantados em pesquisa junto à população de Londrina que, de forma insofismável, exige investimento municipal, além do estadual, em segurança. Mas as propostas levam em conta, principalmente, a sensação de medo existente em todas as regiões de Londrina, em todas as populações, mas principalmente naquela desfavorecida financeiramente, totalmente à mercê dos investimentos públicos.

As propostas aqui apresentadas são parte de um projeto de longo prazo, e que em nada comprometem ou eximem as ações imediatas que devem ser tomadas, para estancar a sangria que estamos vivendo hoje. Uma política de segurança de longo prazo para Londrina não será comprometida com a aplicação de ações emergenciais para coibir o aumento da criminalidade. Pelo contrário: fornecerá as condições mínimas para que ela seja implantada.

Proposta n° 01

Criação de uma Guarda Municipal pelo município

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que a criação de uma Guarda Municipal pelo município é parte da solução da nossa segurança. Com o objetivo de proteger bens, serviços e instalações públicas municipais com atuação: na vigilância das escolas e unidades de saúde municipais, vias públicas, praças, parques, jardins e quaisquer outros locais abertos à utilização pública em geral.

A Guarda Municipal, vinculada a uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, poderá atuar: como agente de trânsito; polícia administrativa como apoio para as diversas secretarias; segurança escolar pública; defesa ambiental; atividades de defesa civil.

Proposta n° 02

Investimento municipal

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que o município deve criar rubrica orçamentária, a exemplo de inúmeros municípios do Brasil, da ordem de 2,0% (dois por cento) do orçamento total do município, destinada a investimento em segurança pública. O município de Londrina não pode se esquivar de contribuir com sua parcela para resolver os problemas da segurança.

Alegações de que a segurança é problema do estado ou da união não levam em consideração que a população mora no município.

Proposta n° 03

Comprometimento político da Administração municipal

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que o Sr. Prefeito, liderança maior na cidade, deve ser o grande cobrador/articulador dos investimentos federais, via Secretaria Nacional de Segurança Pública, e estaduais, via Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Criação pela prefeitura do Conselho Municipal de Segurança. Presidido pelo Prefeito municipal e com as participações do Ministério Público, do Judiciário, do Comandante do 5º Batalhão; do Delegado Chefe da 10ª Subdivisão; do Delegado Chefe da Divisão de Polícia Federal; do Delegado da Receita Federal, do Secretário Municipal de Segurança Pública, do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança.

É desnecessário dizer que por mais verbas que tenham vindo nos últimos tempos elas não foram suficientes. O Sr. Prefeito tem como obrigação zelar por seus munícipes e portanto cobrar das autoridades federais e estaduais mais investimentos.

Com reuniões quinzenais na prefeitura, o Sr. Prefeito terá condições de exercer a sua liderança diretamente com os diversos segmentos envolvidos com a segurança.

Proposta n° 04

Fornecimento de dados pelos Órgãos de Segurança

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que os dados referentes à segurança devem ser fornecidos à comunidade.

A população honesta, ordeira e pacífica tem o direito de saber onde está vivendo e se quer continuar vivendo neste local. Para esta decisão todos os dados referentes à Segurança, como o crescimento da quantidade de ocorrências, evolução do quadro de pessoal envolvido no combate à criminalidade, devem ser fornecidos com transparência.

Não é escamoteando as informações que iremos diminuir a insegurança.

Proposta n° 05

Profissionais dos Órgãos de Segurança

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que todos os responsáveis pelos órgãos de segurança do estado devem demonstrar a confiança na segurança em Londrina, aqui permanecendo todo o tempo possível, com suas famílias.

Proposta n° 06

Ações simples com resultado eficaz

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que práticas simples da prefeitura, como dificultar o comércio de objetos contrabandeados, falsificados; impedir invasões a fundos de vales e terrenos desocupados. Tais atitudes inibem os atos criminosos, pois demonstram a vontade da administração municipal com o cumprimento das leis.

Proposta n° 07

Maior participação da comunidade londrinense

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina entende que a comunidade londrinense deve ser incentivada, através de seus sindicatos, associações de moradores, clubes de serviço, condomínios, etc; a atuar e cobrar dos seus representantes, nos níveis municipal, estadual e federal, ações concretas e contundentes para a melhoria da segurança.

Proposta n° 08

Infra-estrutura para Órgãos Estaduais

O Conselho Comunitário de Segurança de Londrina reafirma sua posição quanto a:

- Implantação do 2º Batalhão da Polícia Militar em Londrina.

A instalação de outro batalhão, de preferência na região norte de Londrina, com 2 comandos integrados, com estados maiores discutindo especificamente seus problemas e relacionando-os, com serviços de inteligência também atuando de forma integrada, propiciará maior velocidade a um círculo virtuoso.

- Construção da 10ª Subdivisão de Polícia Civil de Londrina.

Com estrutura física e instalações em decrepitude, em situação geográfica desfavorável, a Subdivisão da Polícia Civil é espelho da segurança de Londrina.

Com poucos equipamentos, com poucos veículos, mas ainda assim o que sobressai de forma negativa ainda é a estrutura física do setor.

Com a nova sede da Subdivisão Policial a informatização poderá ser uma realidade. O trabalho da inteligência será otimizado.

Londrina, 26 de abril de 2007.

(aa) JORGE ZEVE COIMBRA - Presidente do Conselho de Segurança

CLÁUDIO ESPIGA - Presidente Simpósio”

Sr. Presidente, requeiro que V. Exa. considere por lido esse documento, que vem assinado pelo empresário Jorge Coimbra, Presidente do Conselho de Segurança e pelo Sr. Cláudio Espiga, Presidente do simpósio.

A cidade vem discutindo através de suas lideranças e do Conselho de Segurança, a necessidade de se implementar medidas urgentes, visando devolver a tranquilidade e a paz ao povo de Londrina.

Lamentavelmente, nesse último fim de semana, Londrina foi cenário de um crime dos mais bárbaros que já tomei conhecimento na história do Brasil. Trabalhei em jornal e trabalho em rádio e televisão, fiz ampla cobertura, inclusive, desta área e não me lembro de jamais ter transmitido que um padre ou um pastor tivesse sido assassinado dentro da igreja. Não tinha conhecimento, em nenhum lugar do Brasil, que tivesse havido um crime tão violento dentro de uma igreja.

Em Londrina, neste final de semana, o Pastor Erinaldo Lopes da Silva, 42 anos, convocou os fiéis da Igreja Poço de Água Viva, da Vila Casoni, na minha cidade, para uma vigília. Os fiéis estavam de mãos dadas, orando pela cidade, pelas famílias, pela paz, pela segurança, e um bandido bem vestido, de revólver em punho, pediu a chave de um automóvel estacionado na porta da igreja. Quando o pastor foi proteger seus fiéis e tentar o diálogo com esse bandido, que aparentava ter uns 40 anos, ele usou do revólver e, com um único tiro na cabeça, acabou assassinando, dentro de um templo, dentro da igreja, esse Pastor Erinaldo Lopes da Silva.

Recentemente, o Sr. Secretário da Segurança deu uma entrevista dizendo que a cidade de Londrina está calma, a violência está diminuindo, mas não é esse o quadro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma enfermeira, numa pizzeria, comendo uma pizza com o seu esposo e o seu filho, foi brutalmente assassinada em Londrina. As igrejas da minha cidade, muitas delas, católicas e evangélicas, estão colocando cercas em volta da igreja, estão contratando seguranças, porque nem na hora da santa comunhão, nem na hora da missa, nem na hora de um culto religioso, há tranquilidade, porque os bandidos assaltam, roubam ofertas. Tem Monsenhor da catedral que já foi agredido por bandidos.

Sr. Presidente Nelson Justus, diante do agravamento da onda de violência em Londrina, que atingiu um limite muito além dos suportáveis pela nossa população, que está tomada pelo medo, pelo pavor - a população de Londrina está assustada com tanto assalto, com tanto crime, com tanta brutalidade - é que estamos requerendo do Deputado Mauro Moraes, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública, para que promova com urgência, nesta semana, uma Audiência Pública em Londrina, com a presença não só de Deputados.

Não adianta ir a Londrina só para fazer discurso, ficar na teoria, porque não vai resolver. Isso vai irritar mais ainda a população. Estou pedindo que a Comissão

de Segurança da Assembléia promova uma Audiência Pública em Londrina; convide o Secretário da Segurança; o Comandante da Polícia Militar; as autoridades responsáveis; para que elas anunciem a implantação, de imediato, de medidas contundentes que possam diminuir essa onda de violência que colocou Londrina num cenário que está pior do que a cidade do Rio de Janeiro.

Em nome da paz, da segurança, da tranquilidade, que não há mais no meio das famílias de Londrina, infelizmente, Sr. Presidente, em virtude dessa ação desordenada, dessa ação dos bandidos que agem com tranquilidade para assaltar e para matar, é que cabe à Assembléia Legislativa dar a sua cota de contribuição e exigir que as autoridades dêem ao povo de Londrina a segurança que a cidade perdeu há muito tempo.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queremos registrar a presença nas galerias do ex-Prefeito de Palotina, Luiz Ernesto Jacomefi. Faço esse registro em meu nome e em nome do Deputado Duílio Genari. Muito obrigado pela presença! Bem como do Presidente do Democrata de Cascavel, Jorge Langue.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Semanas atrás vim a esta tribuna para poder trazer uma preocupação que temos com relação à produção agrícola do nosso país e, naturalmente, do estado do Paraná.

Estamos assistindo, nestes últimos 4 anos, a valorização do real frente ao dólar. Vimos no começo do ano de 2003 o dólar valendo R\$ 3,50. Tudo isso embasado em cima de um grande temor que se tinha com a campanha do Presidente Lula e com a sua vitória. Nos primeiros dias do governo Lula essa preocupação trouxe uma valorização significativa do dólar perante o real. Mas, o Presidente Lula contrariou toda a linha de pensamento do seu partido, da linha de Esquerda que representa e acabou, dentro de um entendimento feito por governos anteriores, levando em frente o acordo feito com o FMI e com os bancos internacionais. Isso, Srs. Deputados e Sr. Presidente, fez com que a credibilidade da linha governamental do novo Presidente viesse a ser feita perante a opinião pública, os grandes investidores e a iniciativa privada e tudo isso acabou ficando como antes, a macroeconomia do nosso país.

Com isso, gradativamente, o dólar começou a perder força e o real a ganhar força. Do ano de 2003, quando um dólar valia R\$ 3,50, para o ano de 2007, onde no dia de hoje 1 dólar está valendo R\$ 1,94, então, de R\$ 3,50

veio para R\$ 1,94. Com isso as vantagens de uma desvalorização cambial, onde a classe menos favorecida no país está tendo um benefício, porque a cesta básica teve o seu preço diminuído no decorrer desses últimos anos. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma preocupação nós vemos, que é a preocupação da agricultura no nosso país. Se analisarmos esses últimos 4 anos, vimos os fertilizantes dobrarem de preço: 100% de reajuste nos fertilizantes. Só deixar claro que o adubo é importado, vem de outros países, o seu preço é em dólar e naturalmente, na hora de fazer a conversão de dólar para real, o preço do adubo teria que diminuir, só que não aconteceu isso, porque o preço do adubo dobrou e a produção agrícola, que é baseada quase que na totalidade em dólar, vem perdendo valor.

Então, a soja teve o seu preço reduzido, o próprio milho teve, no decorrer do tempo, uma diminuição no seu preço e os produtores rurais como um todo vêm pagando esse prejuízo. A sorte é que, nos últimos meses, com a divulgação de que os Estados Unidos iriam aumentar a sua área de plantio de milho para poder do milho fazer o metanol, o álcool, vimos claramente o preço da soja subir no mercado internacional e também o preço do milho. Tudo isso acabou, indiretamente, ajudando o produtor rural, só que o câmbio, na outra ponta, acabou tirando esse acréscimo que o mercado internacional deu.

Então, a verdade é uma: a agricultura vive um momento crítico, sendo que os preços internacionais em dólar são preços que estão em um estágio e em um nível bom, mas na hora de transformar em real, temos aí esse preço um tanto quanto menor do que aquele que foi praticado nos últimos anos dentro do nosso país. A preocupação é uma, Sr. Presidente: hoje a produtividade para cobrir os custos de produção tem que ser de países de 1º mundo, sendo que no Brasil são poucas regiões da nossa federação que têm uma produtividade tão alta para poder pagar o custo de produção, e o nosso estado do Paraná tem regiões privilegiadas que têm esses altos índices de produtividade, como é o caso de Campo Mourão, de Cascavel, Londrina, uma certa região de Guarapuava, os campos gerais, onde a Cooperativa Batavo e os holandeses ali estão. Mas, o restante do Brasil não tem essa ilha de tecnologia para poder trazer essas altas produtividades.

Então, deixo aqui registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os fertilizantes dobraram de preço e os produtos agrícolas vêm tendo o seu preço diminuído, porque o câmbio está trazendo essa diminuição para tudo aquilo que se produz através da agricultura no nosso país. Deixo registrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB; PTB; PDT; PSDB; Democratas; PT; BLOCO PSB/PL/PRB/PV; BLOCO PPS/PMN; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Todos declinam)

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apesar daquilo que seria compreensível eu, por questão regimental e de segurança, vamos dizer, daquilo que pretendemos, sou obrigado praticamente a invocar o artigo 91, pedindo a V. Exa. que faça a verificação, se há número de Deputados suficiente para procedermos às votações.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apesar de ainda não estarmos em votação, eu iria, antes de mais nada, ler os projetos que precisam de apoio e quando chegarmos então na hora da votação, faremos a chamada nominal.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 125/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a realização da pavimentação asfáltica das estradas que ligam o município de Araruna a Farol e Araruna ao município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 126/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Luis Sebastião Baldo, em Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 127/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a ampliação de salas de aula na Escola Estadual Guaraituba, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 128/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a ampliação de salas de aula para o Colégio Estadual Heráclito Sobral Pinto, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUVO GERAL DA CCJ.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, somente para justificar a ausência do Deputado Elton Welter e da Deputada Luciana Rafagnin, que estão acompanhando a visita do Presidente Lula em Foz do Iguaçu.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)

(Continuação à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, 26 Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vinte e seis Srs. Deputados responderam à chamada. **Não há quórum para prosseguimento da Sessão.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para que seja registrado que, dos Deputados presentes, 17 Deputados são da Oposição.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284 e 322/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 162, 204, 297, 303, 306, 056, 184 e 213/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 3ª reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de abril de 2007 - Proposição nº 046/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, que relatou a Proposição nº 046/07, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2007, conforme Resolução nº 03/04 de 15 de março de 2004. Após exame da matéria, o Sr. Relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e, desta forma atendem a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária